

# política



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Reforma tributária, só após recesso

Após ficar 30 anos no vai e vem entre Congresso Nacional e governo, a versão final do relatório da regulamentação da reforma tributária foi aprovada na Câmara dos Deputados, na quarta-feira. O texto seguiu para o Senado, onde o presidente da casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), informou que a matéria vai tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e anunciou o senador Eduardo Braga (MDB-AM) como relator, que já adiantou que não terá a mesma pressa da Câmara para votar o projeto.

### Mudança do texto

“Acredito que haverá mudança no texto no Senado. O inicial deixa brechas para aumento de impostos. A regulamentação acabou sendo votada de forma apressada, nas vésperas do recesso, na Câmara dos Deputados”, pontuou o senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP).

### Salve-se quem puder

“Estamos vivendo um verdadeiro salve-se quem puder”, afirmou Heinze, que, apesar de licenciado, tem atuado intensamente em temas que tratam do Rio Grande do Sul, juntamente com o senador gaúcho Irineu Orth (PP) no exercício do mandato.

### Peso da máquina pública

Na opinião do senador Irineu Orth (foto), “o texto aprovado pela Câmara traz algumas melhorias no contexto da produção de alimentos, porém a regulamentação de forma geral requer mais. Os brasileiros não suportam mais o peso da máquina pública, que entrega muito pouco em troca dos impostos pagos”. Ele concluiu prometendo: “da minha parte, mantenho o compromisso de aperfeiçoar o projeto”.



TÂNIA MEINERZ/JC

### Simplificação, a grande vantagem

O advogado tributarista Marcel Alcades, especialista em Direito tributário, fez uma análise do relatório da reforma tributária aprovada pela Câmara. Disse que “a grande vantagem vai ser a simplificação, a instituição de dois impostos mais simples de serem apurados ao sistema muito complexo que a gente tem hoje”.

### Grande vitória

Na opinião do especialista, “é importante o estabelecimento da trava de 26,5%, com relação à carga tributária; alíquota desses novos tributos. Isso foi uma grande vitória para que não se fique dependendo de normas posteriores para estabelecimento dessa alíquota”.

### Carga tributária altíssima

Na visão do tributarista, “é uma das maiores alíquotas do mundo, temos uma carga tributária muito grande hoje, é altíssima, e no Congresso falava-se em 34%, 34,5% de carga tributária total”.

### Economia digital

Muitas atividades econômicas, segundo Alcades, “vão ter uma tributação maior do que têm hoje, com essa carga de 26,5%, como por exemplo, o setor de serviço, o setor de economia digital; setores que serão amplamente prejudicados em termos de aumento de alíquota”.

### Defesa do livro

Emenda proposta pela deputada federal gaúcha Fernanda Melchionna (PSOL), presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Livro, Leitura e Escrita, garantiu que o texto da reforma tributária aprovado na Câmara não incluísse o aumento de impostos sobre a cadeia produtiva do livro. A emenda foi acatada pelo relator e incorporada no texto final.

# CNM quer desvincular

## Entrevista Especial

Ana Carolina Stobbe e Bolívar Cavalari  
politica@jornaldocomercio.com.br

Um dos principais nomes do movimento municipalista no Brasil, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, liderou no início de julho a Marcha a Brasília pela Reconstrução dos Municípios do Rio Grande do Sul para apresentar demandas ao Congresso e ao governo federal. Ziulkoski foi eleito neste ano como chefe da entidade, que já havia comandado entre 1998 e 2018.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o dirigente aborda reivindicações municipalistas levadas às esferas federais, especialmente após o desastre climático que devastou o Rio Grande do Sul. O presidente da CNM defende a desvinculação de recursos para a reconstrução de municípios atingidos e pautas antigas da confederação, como a defesa do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a autonomia dos municípios ante os governos federais e estaduais.

**Jornal do Comércio - No contexto de enchentes que o RS enfrentou, o que foi debatido na Marcha a Brasília?**

**Paulo Ziulkoski** - Depois de toda essa avalanche, quando se começa a ver as consequências, tem que focar no enfrentamento, na busca da salvação de pessoas, de vidas. Essa parte já está passando, essa fase mais aguda. Depois vem, em seguida, um segundo momento: como é que as pessoas fazem o retorno? Nesse segundo momento, tem o recolhimento de lixo, essa polêmica toda, que tem que preencher documentos e tal. Neste meio, o que é que acontece? Vem o governo federal e visita o Estado várias vezes, e o governador do Estado da mesma forma. Porque tudo o que ocorreu, ocorreu nos municípios. Não foi no Piratini e nem no Planalto. Foi lá no município, onde as coisas ocorrem, onde o cidadão mora. Então, nessas visitas e nesses anúncios, já depois dessa primeira etapa, se via muitos anúncios, mas todos eles direcionados basicamente no privado - também tem um recorte muito social -, mas o ente município, a prefeitura, os anúncios de bilhões de reais - que não vou discutir o mérito, alguns são importantes -, ao nosso

ver, exceto alguns, são financiamentos. Então não é dinheiro que o governo investiu para a recuperação, é financiamento com juro. Portanto, o próprio banco não está perdendo, está ganhando em cima disso aí.

**JC - E como observa que esses financiamentos impactam ou podem vir a impactar as prefeituras?**

**Ziulkoski** - Isso soa, para o cidadão que está lá e que recebe, muito bom. Num primeiro momento, ele diz: “eu fui socorrido pelo governo”. Mas, depois, quando isso para, aí não é socorrido, porque o governo federal não existe mais, existe quem está ali, a prefeitura. Tem o auxílio de R\$ 5 mil (do governo federal), mas onde está escrito que a prefeitura que tem que cadastrar? Se a União que está dando, por que que não vai ela cadastrar? Então, ela empurra para a prefeitura, e o prefeito aceita isso. Em resumo, tudo que é anúncio que houve - em que é o foco no município -, o prometido de receita “livre”, que o prefeito possa pegar dizer: ‘vou recolher o lixo, arrumar a estradinha rural, o bueiro, a ponte que caiu’. Isso, de R\$ 1,4 bilhão prometido, só pagaram, tudo somado, R\$ 670 milhões. Isso é o que está no orçamento, o que está empenhado. O prometido são bilhões, o empenhado é uma parte de R\$ 1 bilhão e pouco, e efetivamente transferido são R\$ 670 milhões. Para um desastre dessa natureza, tenho afirmado que isso é zero. Não existem recursos da União para a prefeitura.

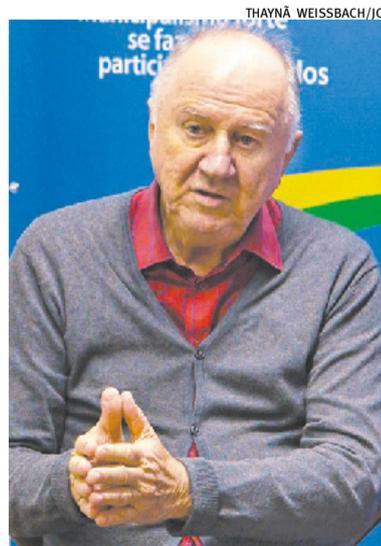
**JC - E que iniciativas a CNM vem realizando para auxiliar os municípios?**

**Ziulkoski** - Há um mês eu tomei uma iniciativa, marquei uma reunião da entidade e convoquei um evento em Lajeado dos prefeitos para discutir essa relação, e nós

tivemos mais de 400 pessoas e mais de 250 prefeitos. Dali se tirou uma série de indicativos, e um deles foi fazer uma mobilização em Brasília. Nos preparamos, com um recorte do Rio Grande do Sul, de todo esse levantamento e de propostas efetivas e concretas. Porque a gente sabe que tem muito discurso parlamentar, muito discurso de pessoas que vão fazendo diagnósticos, mas sem apresentar coisas concretas. Com base nisso, a confederação fez estudo em várias áreas; por exemplo: onde é que tem dinheiro? Na assistência social? Na saúde? Na educação? Inclusive, já é dinheiro que está depositado na conta da prefeitura, só que está depositado há 3, 4, 5 anos, mas que aquele objeto daquela transferência é um objeto chamado vinculado. Ou seja, tem que ser (investido) naquilo, e às vezes aquilo nem existe mais, ou tá parado. Então não é nem pedir dinheiro para o governo, mas transformar o vinculado em livre. Porque o prefeito não vai precisar para aquilo lá (que a verba foi originalmente destinada) naquele momento, ele precisa para o lixo, ele precisa para estrada, para o colégio que foi destruído.

**JC - Quais as respostas do governo federal e do Congresso durante a marcha?**

**Ziulkoski** - A maior de todas foi a proposta, que a confederação fez há 5 meses e está no Senado, que trata da dívida do Regime Geral, que atinge R\$ 2,5 bilhões aqui no Rio Grande do Sul, os precatórios - que está todo mundo apavorado -, que é a questão do parcelamento da dívida e a questão de que a reforma que a União fez da Previdência em 2019 não passou para os municípios. Então nós também estamos pedindo que a União passe para os municípios, porque isso desonera esses fundos de 50%, esse passivo também



THAYNÁ WEISSBACH/JC

“Se avançar, isso vai dar, em três anos, R\$ 7,5 bilhões às prefeituras do Rio Grande do Sul”